



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO  
TRABALHO DE SANTA RITA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira e Zirley Maria Bezerra.

Jurisdição	Bayeux, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Riachão do Poço, Santa Rita, Sapé e Sobrado
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21.11.2003
Data de instalação	19.12.2006
Data da última correição	29.11 a 04.12.2017
Período de correição	17 a 20.09.2018

Aos 17 dias de setembro de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Santa Rita, relativos ao período de 29.11.2017 a 16.09.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 026/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador foi recebido pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Juiz Titular da Vara, Antônio Eudes Vieira Júnior, pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Juiz Substituto fixo, Lindinaldo Silva Marinho, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJe



referentes ao período de 1º.11.2017 a 31.08.2018 (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Antônio Eudes Vieira Júnior	26.04.2017 – RA Nº 055/2017

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Ato TRT SCR Nº 114/2017	A partir de 21.08.2018	10
<b>TOTAL</b>			<b>10</b>

#### 1.1.2 Magistrado Substituto fixo

Juiz Substituto fixo	Fixação na Unidade
Lindinaldo Silva Marinho	05.06.2017 - ATO TRT SCR Nº 048/2017

#### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Substituto fixo (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 11575 2017	21.09.2018 a 19.12.2017	30
Férias	Protocolo TRT Nº 11990 2017	14.01.2018 a 12.02.2018	30
Férias	Protocolo TRT Nº 11990 2017	18.06.2018 a 17.07.2018	30
<b>Total</b>			<b>90</b>

### 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos



Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A Vara do Trabalho de Santa Rita conta, atualmente, com **19** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aline Lopes da Nóbrega	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador	25.01.2017
Cleybson Ferraz Cascimiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	08.06.2017
Eduardo Chaves Martins	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Eurílio Sérgio Alves de Lima	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador	25.01.2017
Flávia Rocha Pedrosa Quinderé de Almeida Queiroz	Técnico Judiciário – Assistente III	1º.06.2017
Janaína Baracuhy Amorim Arruda.	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Jerônimo José dos Santos Neto	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	1º.06.2017
João Joanes Florentino da Costa Neto	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Josenildo Chaves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Luciano Esmeraldo Guimarães	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º.06.2017
Luzinaldo Tavares de Oliveira	Técnico Judiciário	07.02.2017
Maria Devânia Cabral de Sousa	Requisitada – Assistente III	1º.11.2017
Mizael de Oliveira Melo	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º.06.2017
Patrícia Wanderley Gayoso	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Ricardo Oliveira da Silva	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador	25.01.2017
Robson Botelho Pereira	Técnico Judiciário	29.08.2018
Rodrigo Souza Dias do Nascimento	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º.06.2017
Valéria Ferreira da Rocha	Técnico Judiciário – Assistente III	11.06.2018
Vanessa Melo Rodrigues	Analista Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no SUAP e no PJe.



## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Santa Rita contabilizava, em 31.08.2018, um acervo processual de **2.722** processos:

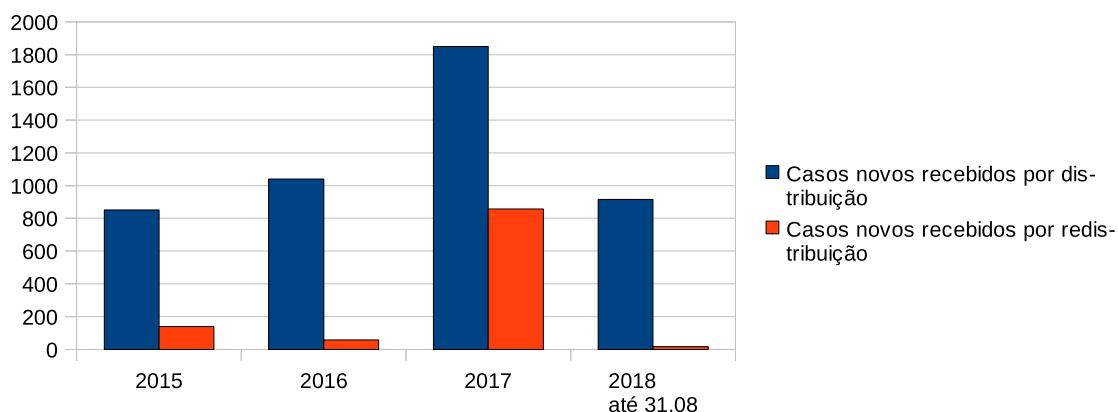
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.566
Fase de liquidação	11
Fase de execução	1.120
Cartas precatórias e de ordem	25

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.08
Casos novos recebidos por distribuição	852	1.041	1.850	915
Casos novos recebidos por redistribuição	140	57	857	17
<b>TOTAL</b>	<b>992</b>	<b>1.098</b>	<b>2.707</b>	<b>932</b>

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **453**; em 2016, **486**; em 2017, **1.125**; e até 31.08.2018, **738** processos.



#### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)



A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.08
Aguardando a 1ª sessão de audiência	102	282	78	102
Aguardando o encerramento da instrução	135	175	378	209
Aguardando a prolação de sentença	6	27	84	57
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>482</b>	<b>540</b>	<b>368</b>

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.08	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	459	772	1.864	1.566	68,19%	141,45%	-15,98%
Fase de liquidação	-	-	87	11	-		-87,35%
Fase de execução	468	509	1.123	1.120	8,76%	120,62%	-0,26%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



### 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

#### 3.1 Panorama das audiências

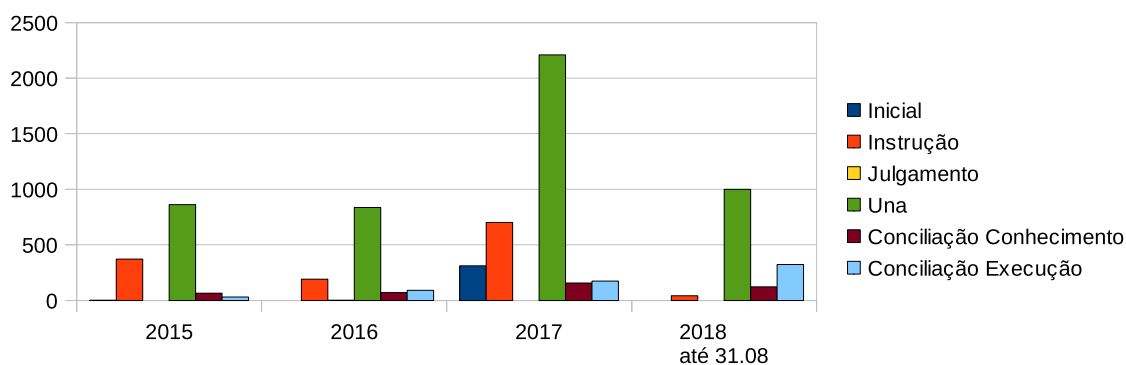
A Unidade realiza audiências às segundas, terças, quartas e quintas-feiras.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

<b>Rito Sumaríssimo</b>	19.11.2018	RTSum 0001086-10.2018.5.13.0027
<b>Rito Ordinário</b>	1º.10.2018	RTOrd 0001038-51.2018.5.13.0027
<b>Audiência de Instrução</b>	26.09.2018	RTOrd 0000811-32.2016.5.13.0027

#### 3.1 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

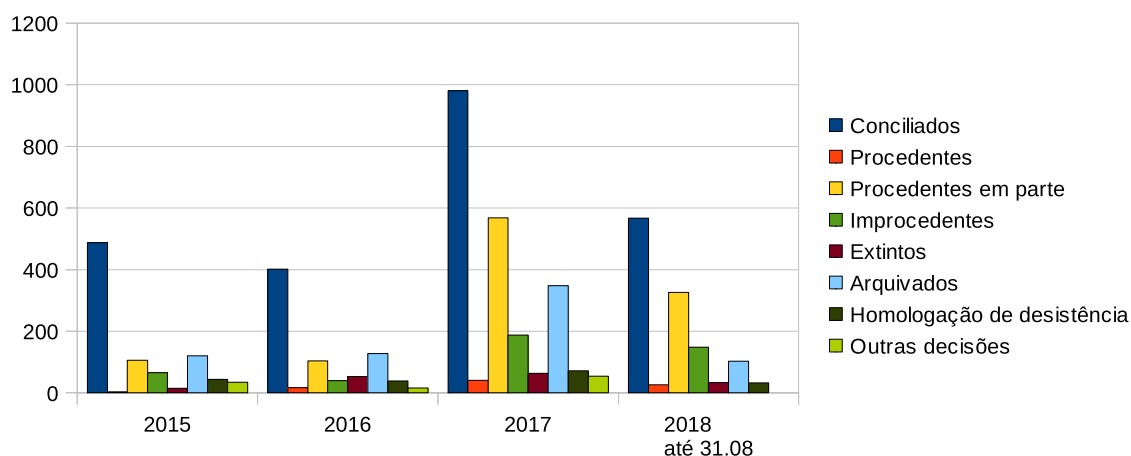
Item	2015	2016	2017	2018 até 31.08
Inicial	1	-	311	-
Instrução	370	190	700	40
Julgamento	-	1	-	-
Una	863	835	2.210	998
Conciliação Conhecimento	64	69	155	121
Conciliação Execução	31	89	173	321
<b>TOTAL</b>	<b>1.329</b>	<b>1.184</b>	<b>3.549</b>	<b>1.480</b>



#### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

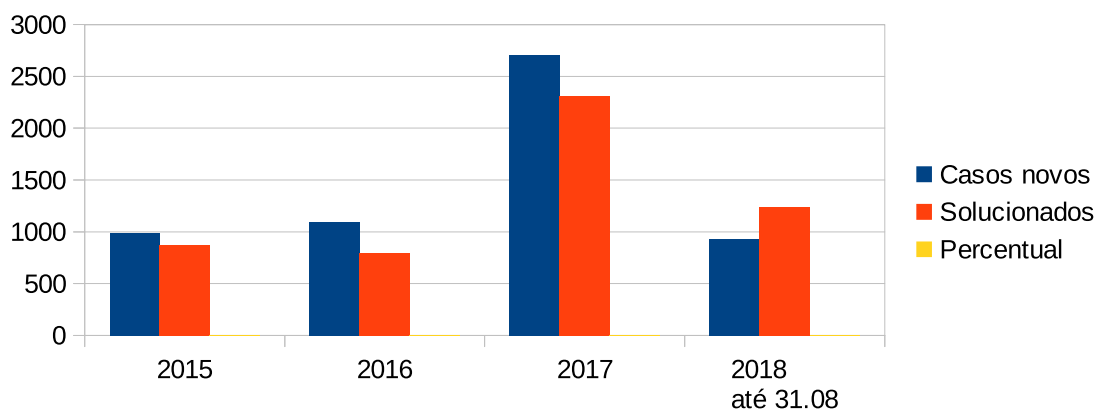


Item	2015	2016	2017	2018 até 31.08
Conciliados	487	401	981	567
Procedentes	3	17	41	26
Procedentes em parte	106	104	568	326
Improcedentes	65	40	187	148
Extintos	15	53	64	33
Arquivados	121	127	348	103
Homologação de desistência	44	39	72	32
Outras decisões	34	16	54	-
<b>TOTAL</b>	<b>875</b>	<b>797</b>	<b>2.315</b>	<b>1.235</b>



### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.08
Casos novos	992	1.098	2.707	932
Solucionados	875	797	2.315	1.235
<b>Percentual</b>	<b>88,20%</b>	<b>72,58%</b>	<b>85,51%</b>	<b>132,51%</b>









## ATA DE CORREIÇÃO – VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA 9

Ana Paula Cabral Campos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Clóvis Rodrigues Barbosa	-	-	5	3	-	-	-	-	-	8
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	-	1	9	-	-	-	-	-	-	10
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Joliete Melo Rodrigues Honorato	8	-	-	-	-	-	-	-	-	8
José Guilherme Marques Júnior	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

No período correicionado, o Juiz Titular laborou **293** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **3,04** processos/dia. O Juiz Substituto fixo laborou **215** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **2,62** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

### 3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação/adjudicação	Exceção de pré-executividade	Total
Antônio Eudes Vieira Júnior	70	35	2	39	-	2	148
Lindinaldo Silva Marinho	110	38	-	3	-	-	151
Albérico Viana Bezerra	3	-	-	-	-	-	3
Clóvis Rodrigues	1	-	-	-	-	-	1



Barbosa							
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	4	-	-	-	-	-	4
Francisco Xavier de Andrade Filho	1	-	-	-	-	-	1

### 3.4 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão).

<b>ANTÔNIO EUDES VIEIRA JÚNIOR</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS</b>				
	Inicial		-	
Realizadas	Instrução		37	
	Una		881	
	<b>Total</b>		<b>918</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		119
		Fase de execução		327
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>1.364</b>	

### 3.4.1 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>LINDINALDO SILVA MARINHO</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS</b>				
	Inicial		-	
Realizadas	Instrução		26	
	Una		509	
	<b>Total</b>		<b>535</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		16
		Fase de execução		42
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>593</b>	

### 3.5 Índice de congestionamento

**3.5.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	690	761	2.043
Casos novos de conhecimento	852	1.041	1.850
Casos pendentes de conhecimento	459	512	821
<b>Taxa de congestionamento</b>	<b>47%</b>	<b>51%</b>	<b>24%</b>

**3.5.2 Índice de congestionamento - fase de execução** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	436	523	784
Casos novos de execução	449	511	1.122
Casos pendentes de execução	468	302	633
<b>Taxa de congestionamento</b>	<b>52%</b>	<b>36%</b>	<b>55%</b>

**3.6 Incidentes Processuais** (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.08
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	44	60	231	131
	Baixados	52	55	227	138
	<b>Pendentes</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>6</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	45	111	203	62
	Baixados	46	113	203	55
	<b>Pendentes</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>7</b>
<b>Impugnação à sentença de liquidação</b>	Recebidos	2	1	10	11
	Baixados	6	1	1	5
	<b>Pendentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>12</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	6	9	18	44
	Baixados	7	9	14	43
	<b>Pendentes</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
<b>Embargos à arrematação</b>	Recebidos	1	2	-	-
	Baixados	1	2	-	-



	<b>Pendentes</b>	-	-	-	-
<b>Exceção de pré-executividade</b>	Recebidos	1	4	4	1
	Baixados	5	-	4	1
	<b>Pendentes</b>	-	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

### 3.7 Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

<b>PERÍODO: 1º a 31.08.2018</b>					
<b>Item</b>	<b>Novos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Não recebidos</b>	<b>Baixados</b>	<b>Pendentes</b>
Recurso ordinário	60	60	1	-	<b>25</b>
Recurso adesivo	5	5	-	-	<b>1</b>
Agravo de petição	6	8	1	-	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	-	<b>32</b>

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.8 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b> até 31.08
Execuções pendentes	333	408	425	724
Execuções iniciadas	459	547	1.123	203
Recebidos de outros Órgãos	63	9	423	13
Execuções encerradas	403	523	784	215
Remetidos a outros Órgãos	49	23	72	-
Processos arquivados provisoriamente	48	90	32	4
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>408</b>	<b>425</b>	<b>724</b>	<b>729</b>

### 3.9 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b> até 31.08
Recebidas	77	82	178	131



Devolvidas	84	81	135	154
Pendentes de devolução	4	4	47	25

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	20,34	67,69	49,16
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	22,78	105,33	73,47
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	11,12	9,4	10,16
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	62,37	52,84	67,05
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	30,58	68,21	62,01
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	82,45	120,18	142,44
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	4,07	6,62	13,66
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	13,16	13,72	19,32
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	29,6	66,39	65,71
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	83,53	119,83	149,61

### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento - TMDP1c (Fonte: Hórus)



Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017**: **66** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **151** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **120** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), e superior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **66** dias para o rito sumaríssimo e de **133** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **102** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	1,67	-	14,97
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	-	3,68	22,16

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	900,03	119,02	248,88
Do início ao encerramento da execução – ente público	2.358,3	126,35	2.698,2

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **343**



dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **714** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **528** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **133** dias para o rito sumaríssimo e **119** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **126** dias para os dois ritos.

## 5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.08
Acordo	SUAP (legado)	227.858,42	-	-	-
	PJe	2.023.490,65	1.838.690,20	4.957.097,86	4.922.133,46
Espontâneo	SUAP (legado)	-	2.700,00	-	85.044,49
	PJe	24.542,12	15.732,52	481.651,36	1.260.131,73
Execução	SUAP (legado)	455.341,19	53.413,93	4.766,83	133.227,11
	PJe	327.208,17	604.696,34	1.343.542,51	1.357.707,03
<b>TOTAL</b>		<b>3.058.440,55</b>	<b>2.515.232,99</b>	<b>6.787.058,56</b>	<b>7.758.243,82</b>

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.08
Custas processuais	SUAP (legado)	5.804,51	24.046,16	50.342,20	-
	PJe	38.062,35	27.713,16	60.062,01	76.330,69
Emolumentos	SUAP (legado)	-	-	-	0,00
	PJe	-	22,21	66,36	1.100,00
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	78.431,78	30.048,54	292.222,32	167,07



	PJe	129.172,02	151.993,55	312.429,25	428.490,74
Imposto de Renda	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe	43,43	-	2.582,02	2.008,59
<b>TOTAL</b>		<b>251.514,09</b>	<b>233.823,62</b>	<b>717.704,16</b>	<b>508.097,09</b>
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	-	-	20,00	1.080,00
	PJe	133.758,75	157.885,39	780.463,06	369.347,33
<b>TOTAL</b>		<b>133.758,75</b>	<b>157.885,39</b>	<b>780.483,06</b>	<b>370.427,33</b>

## 6 DILIGÊNCIAS - NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verificou a Corregedoria Regional que, no período correicionado, foram realizadas **2.291** diligências - **04** no SUAP e **2.287** no Sistema SAOPJe - por 03 oficiais de justiça avaliadores federais lotados na Unidade. Em termos de média simples, registra-se uma média mensal de **229,10** diligências distribuídas nos **10** meses objeto da correição atual.

O Diretor da Vara informou que as diligências são distribuídas de forma automática, por áreas previamente definidas, bem assim que a produtividade dos oficiais de justiça é alimentada de forma automática pelos próprios relatórios das diligências distribuídas e realizadas.

No período correicionado anterior, foram realizadas **3.025** diligências, o que resultou em uma média de **302,5** diligências por mês.

A produtividade dos oficiais de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 008/2013, apresenta-se assim demonstrada, no período correicionado, no SUAP e SAOPJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SUAP				
OFICIAL DE JUSTIÇA	PESO	DILIGÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL (PESO)	PRAZO MÉDIO PARA





				<b>CUMPRIMENTO (EM DIAS)</b>
Aline Lopes da Nóbrega	20	1	20	12,21
	30	2	60	10,08
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>80</b>	-
Ricardo Oliveira da Silva	0	1	-	7,06
	<b>Total</b>	<b>1</b>	-	-

<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SAOPJe</b>		
<b>OFICIAL DE JUSTIÇA</b>	<b>DILIGÊNCIA</b>	<b>REALIZADAS</b>
Aline Lopes da Nóbrega	Intimação	1
	Mandado	772
	Notificação	27
	<b>TOTAL</b>	<b>800</b>
Eurílio Sérgio Alves de Lima	Mandado	621
	Notificação	12
	<b>TOTAL</b>	<b>633</b>
Ricardo Oliveira da Silva	Mandado	785
	Notificação	69
	<b>TOTAL</b>	<b>854</b>

## **7 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)**

### **7.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução**

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos Sistemas eletrônicos:

<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>Quantidade</b>
BACENJUD	SUAP	-



	PJe	592
	<b>TOTAL</b>	<b>592</b>
INFOJUD	SUAP	-
	PJe	11
	<b>TOTAL</b>	<b>11</b>
RENAJUD	SUAP	-
	PJe	15
	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>
BNDT	Processos com registro de dados	95
	Processos com inclusão de devedor	75
	Processos com exclusão de devedor	61
	Processos com devedores inscritos	548
	<b>TOTAL</b>	<b>779</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## 8 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### 8.1 Processos analisados

Foram analisados **70** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **16** despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

### 8.2 Gestão do Sistema Processual

A Vara do Trabalho de Santa Rita foi pioneira na migração dos processos do Sistema legado (SUAP) para o PJe, em conjunto com a Vara de Mamanguape.



A Corregedoria Regional parabeniza a iniciativa da Unidade, que empreendeu esforços e se dispôs a utilizar, como vara piloto, o programa de migração CCLE.

De acordo com a equipe de apoio negocial do PJe, foram migrados **432** processos, **28** da fase de conhecimento e **404** da fase de execução, em total observância aos ditames do Ato Conjunto TRT GP/SCR/CGPJE nº 002/2018.

É de destacar que a colaboração e parceria da Unidade em muito contribuirá para as melhorias no primeiro grau de jurisdição.

### 8.2.1 Agrupadores e caixas de caráter transitório

A Corregedoria Regional constatou que a Unidade exerce uma excelente gestão no particular, uma vez que, nos agrupadores e nas caixas de caráter transitório, não foram identificados atrasos.

## 9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>111%</b>
Unidade Correicionada	<b>136%</b>

<b>Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>151%</b>
Unidade Correicionada	<b>196%</b>



Para efeito de controle da **Meta 1/2018**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **915** casos novos (por distribuição) e **1.104** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **196%**.

<b>Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>106%</b>
Unidade Correicionada	<b>108%</b>

<b>Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>85%</b>
Unidade Correicionada	<b>115%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>111%</b>
Unidade Correicionada	<b>58%</b>

<b>Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>114%</b>
Unidade Correicionada	<b>112%</b>

## **10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Vara do Trabalho de Santa Rita vem buscando contribuir para o alcance



das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017, com vistas ao biênio do PEI.

## 11 IGEST

O Sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a Vara do Trabalho de Santa Rita apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:

### MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18

Data da última atualização do relatório: 23/07/201

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Santa Rita - 01a Vara	1001 a 1500	1º	1º	1º	1º	1º	1º
13a - PB -> Patos - 01a Vara	1001 a 1500	2º	2º	2º	2º	2º	2º

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1\*):

### MESOINDICADORES POR RESULTADO

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18

Ordenado pelo IGEST

Data da última atualização do relatório: 23/07/201

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Santa Rita - 01a Vara	1001 a 1500	0,3250	0,4000	0,2533	0,2500	0,2500	0,2957	1º
13a - PB -> Patos - 01a Vara	1001 a 1500	0,5750	0,6000	0,7600	0,7500	0,7500	0,6870	2º

## 12 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:



**Aos Juízes:**

**1 Recomendações gerais:**

- a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- b) observem o regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado nas situações de sentença ilíquida;
- c) intensifiquem a prática de uso dos Sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao Sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- d) continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) permaneçam a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) determinem o arquivamento provisório dos processos cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- h) revisem a pauta disponibilizada no PJe, em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo após a reforma trabalhista;
- i) observem o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com o arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;



j) abstenham-se de prosseguir com ações que dependam, tão somente, de pagamentos de valores ínfimos de custas processuais porque contraproducentes.

## Ao Diretor de Secretaria

### 1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) continue a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos Sistemas *on-line*, para o fluxo “Cumprimento de providências”, com indicação posterior do Sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os Sistemas de pesquisa efetivamente consultados;
- f) incentive a equipe a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 007/2018, de forma a, quando da remessa dos processos ao 2º Grau, autuar a classe judicial "**recurso ordinário**" apenas para as **ações do rito ordinário** (RTOrd) e "**recurso ordinário em procedimento sumaríssimo**" para as **ações do rito sumaríssimo** (RTSum).

### 2 Recomendações específicas:

Inconsistência	Recomendação
RTSum 0000199-26.2018.5.13.0027 Processo paralisado em caixa aguardando audiência, não obstante já transitada em julgado a decisão desde 25.05.2018	Proceder ao imediato impulsionamento do feito



RTOrd 0000881-15.2017.5.13.0027 Processo com despacho pendente de cumprimento desde 09.08.2018	Providenciar o imediato cumprimento do despacho
RTSum0001894-49.2017.5.13.0027 (+ 17) RTOrd 0001020-64.2017.5.13.0027 (+ 08) Processos pendentes de finalização da fase de conhecimento, não obstante já iniciados os atos executórios. Processos em caixas: “Aguardando bloqueio BACEN” e “BACEN”	Encaminhar os referidos processos, conforme o caso, à fase de execução
RTOrd 0130636-60.2015.5.13.0028 Processo paralisado desde 05.07.2018	Proceder à imediata conclusão do feito ao magistrado
RTOrd 0000473-58.2016.5.13.0027 Processo já concluso para julgamento dos embargos à execução, sem oportunizar a parte contrária a oferecer contrarrazões	Proceder à imediata intimação da parte embargada
RTOrd 0000064-48.2017.5.13.0027 Processo com prazo vencido para a entrega do laudo pericial sem providências do Juízo	Providenciar à imediata conclusão do feito ao magistrado
RTOrd 0000346-23.2016.5.13.0027 RTOrd 0000347-08.2016.5.13.0027 RTOrd 0000608-67.2016.5.13.0028 Processo com precatórios já expedidos, paralisado em caixa “Aguardando término de prazo”	Concluir os feitos ao magistrado para observância à Recomendação TRT SCR nº 004/2017
RTOrd 0001065-68.2017.5.13.0027 RTOrd 0000214-29.2017.5.13.0027 RTSum 0000367-62.2017.5.13.0027 RTOrd 0001874-58.2017.5.13.0027 Processos sobrestados na fase de conhecimento, no entanto já aguardam realização de hasta pública	Encaminhar, imediatamente, os processos ao fluxo de execução e providenciar a inclusão dos executados no BNDT
RTSum 0000817-36.2016.5.13.0028 Processo paralisado desde 03.08.2018	Providenciar o imediato impulsionamento do feito
ExCCJ 0130678-12.2015.5.13.0028 Classe processual equivocada, por se tratar a ação de Execução Provisória em autos suplementares	Proceder à retificação da autuação para “ExProvAS – Execução Provisória em autos suplementares”

**Aos servidores da Vara:**





### **1 Recomendações gerais:**

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no Sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT n° 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec” - lançamento efetivo;
- c) procedam ao lançamento de todos os valores pagos na movimentação processual;
- d) dispensem mais atenção ao lançamento de prazos no Sistema PJe quando da confecção de expedientes, de forma a evitar o ocorrido no processo 0000199-26.2018.5.13.0027, no qual foi informado prazo de zero dias em desacordo com a determinação judicial.

### **13 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Corregedoria Regional constata que a Vara do Trabalho de Santa Rita permanece funcionando em plena regularidade e no mesmo nível de excelência em relação à última visita correicional.

A Unidade se destaca pelo cumprimento da Meta 1 do CNJ, **136%** em 2017 e **196%** no atual exercício (até 31.08.2018) e pelo índice de **108%** que vem alcançando na Meta 2/2018.

Importante também registrar que a Vara correicionada apresentou uma significativa redução no quantitativo de processos de execução, de **916** na correição anterior para **729** no atual período, fato este comprovado pelo índice que vem alcançando na Meta 5/2018 (**112%**), melhor índice do Regional.

A Unidade continua a praticar excelentes índices de conciliação, **42,37%** no exercício de 2017 e **44,03%** no período correicionado. Apresenta o 3º melhor



percentual de conciliação do Regional (115%), o que revela a habilidade dos juízes na pacificação dos conflitos que lhes são submetidos.

Todos esses resultados certamente são frutos das boas práticas adotadas pela Unidade, quais sejam: reunião de execuções trabalhistas; pauta contínua de conciliação em processos de execução, com acordos descumpridos ou após o trânsito em julgado das sentenças; pauta de conciliação única para maiores devedores; reunião dos magistrados com os maiores devedores; utilização diária do BACENJUD; e padronização de modelos de despachos.

Não podia deixar de registrar, com muita satisfação, a atuação da Unidade no processo de migração dos processos do Sistema legado (SUAP) para o PJe. A contribuição foi voluntária, exitosa e merecedora de aplausos por parte desta Corregedoria Regional porque, certamente, muito vai contribuir para a melhoria da atuação das Unidades de Primeiro Grau.

Diante dessas considerações, a Corregedoria Regional enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada por todos que integram a Vara do Trabalho de Santa Rita e conclama a cada membro da equipe a manter o esforço, dedicação, comprometimento e operosidade.

#### **14 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Santa Rita, oportunidade em que se reuniu com o Juiz Titular, Juiz Substituto fixo, Diretor de Secretaria e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

O Juiz Titular registrou agradecimento à Corregedoria Regional e ao Grupo de Trabalho de Cálculos pelo apoio prestado à Unidade.

#### **15 AGRADECIMENTOS**



O Excelentíssimo Desembargador Wolney de Macedo Cordeiro agradece ao Juiz Titular, Antônio Eudes Vieira Júnior, ao Juiz Substituto fixo, Lindinaldo Silva Marinho, ao Diretor de Secretaria, Luciano Esmeraldo Guimarães, e aos servidores Eduardo Chaves Martins, Flávia Rocha Pedrosa Quinderé de Almeida Queiroz, Janaína Baracuhy Amorim Arruda, João Joanes Florentino da Costa Neto, Josenildo Chaves de Lima, Maria Devânia Cabral de Sousa, Mizael de Oliveira Melo, Patrícia Wanderley Gayoso, Valeria Ferreira da Rocha e Vanessa Melo Rodrigues pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

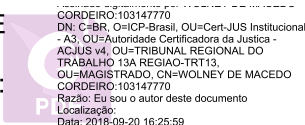
## 16 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

Santa Rita, 20 de setembro de 2018.

WOLNEY DE  
MACEDO  
CORDEIRO:  
103147770



CORDEIRO:103147770  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Cert-JUS Institucional  
+A3, OU=Autoridade Certificadora da Justiça  
ACJUS v4, OU=TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO 13ª REGIAO-TRT13,  
OU=MAGISTRADO, CN=WOLNEY DE MACEDO  
CORDEIRO:103147770  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2018-09-20 16:25:59

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**  
**Desembargador Corregedor**